

## Conciliação?

A coincidência entre o 31 de março e a Páscoa, somada ao fato político decisivo da eleição direta e posse dos novos governadores, propicia declarações conciliatórias.

O brigadeiro Délio, quase sempre o porta-voz mais "aberturista" do pensamento dos ministros militares, reiterou, em sua ordem do dia, os bons propósitos. Acefitemos bona-fide, e com reciprocidade, que assim seja.

Como, entretanto, passar da intenção aos fatos?

Até agora, a cada declaração de boa vontade não se segue um caminho, uma agenda, que permita avançar. O governo tem a faca e o queijo na mão. Se ao invés de propor desarmamento dos espíritos ao nível verbal, convocar as oposições e a sociedade para rever na prática formas de atuação, aí sim, os espíritos poderão desarmar-se, sem que se corra o risco de transformar a trégua em mero salameleque de oposicionistas ao redor dos poderosos.

Exemplifico: no próximo dia 15 será lida no Congresso a lei que revê a mecânica salarial. De tão injusta lei — que elimina os poucos aspectos redistributivos da política salarial — nem os parlamentares do PDS podem falar bem. Por que, então, não retirá-la, para revê-la? Por que insistir em castigar o bolso do assalariado, ao invés, por exemplo, de rever a mecânica do recolhimento do IPI sobre os cigarros que, tal como é feita, deixa à disposição da especulação financeira de poucas empresas enormes somas de recursos — pois o imposto é pago na hora pelo contribuinte e recolhido semanas após?

Dou mero exemplo de como as agruras financeiras do País podem ser enfrentadas com melhor critério de igualdade entre ricos e pobres para alargar as bases de credibilidade de uma política de austeridade que talvez seja imperativa, em face das circunstâncias.

De igual modo, no plano político há um sem-número de medidas — não só palavras — de boa fé que permitiriam alicerçar os caminhos da democracia. Basta lembrar que a emenda estabelecendo as eleições diretas nas capitais depende única e exclusivamente do PDS e do governo para ser aprovada.

Enquanto as declarações conciliatórias não se fizerem seguir por ações concretas em favor das teses democráticas, não resta à oposição mais do que registrá-las e esperar. Esperar sem ceder, mesmo porque conciliar sem que se saiba no quê e por quê significa apenas aderir, e a adesão pode servir aos interesses e ambições pessoais, mas desserve ao povo e à redemocratização efetiva do País.